

Colecionadores, atiradores e caçadores

# TCU manda Exército cancelar CACs criminosos

**Tribunal analisou auditoria que apontou liberação de armas para condenados e foragidos; militares são poupados por falhas**

VINÍCIUS VALFRE  
TÁCIO LORRAN  
BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem que o Exército cancele as autorizações concedidas a colecionadores, atiradores desportivos e caçadores (CACs) que foram condenados ou que estejam com mandados de prisão em aberto. O julgamento é baseado na auditoria feita pela área técnica do tribunal – e revelada pelo **Estadão** – que apontou que a Força Terrestre liberou armas de fogo a pessoas condenadas por crimes como tráfico de drogas, homicídio e violência doméstica.

Procurado, o Exército não havia se manifestado sobre o julgamento até a noite de ontem.

Apesar de ratificar a maior parte dos apontamentos da auditoria, o plenário da Corte poupou militares de investigações que pudessem responsabilizá-los por falhas no controle de armas. Um dos pontos desconsiderados foi o descumprimento de decisão de 2017 que obrigava o Exército a digitalizar o sistema de fiscalização de produtos controlados. Agora, a Força ganhou mais um ano para cumprir a ordem, prazo que poderá ser alargado, desde que justificado.

**Voto do relator**  
**Ministro Antônio Anastasia**  
**citou 'atitude colaborativa'**  
**e interesse do Exército**  
**em realizar 'ajustes'**

O julgamento durou cerca de dez minutos, com apresentação do voto do relator, ministro Antônio Anastasia, de forma abreviada, sem manifestação de órgãos e entidades interessados e sem debate no plenário do tribunal.

Durante a auditoria, a área técnica apontou “falta de dados confiáveis” do Exército e uma “descentralização” de informações que “dificultou a avaliação e o monitoramento das atividades de fiscalização e vistoria”. Apesar do registro, o relator destacou, no voto, a “atitude colaborativa” e o “total interesse da atual administração do comando do Exército em realizar esses ajustes”.

**PRAZOS.** Além de determinar os cancelamentos, o TCU obrigou os militares a consultar bancos de dados das polícias e do Judiciário para verificar possíveis implicações criminais contra os que apresentam requerimentos para serem registrados como CACs. A auditoria mostrou casos em que os interessados entregam documentos emitidos em Estados onde não respondem a crimes.

A inclusão desse procedimento de checagem nos bancos de dados precisa começar dentro de seis meses. O mesmo prazo foi definido para a inclusão de uma “trava” no sis-

Relatório

**5.235** pessoas em cumprimento de pena puderam obter registro de CAC, apontou auditoria

**2.690** pessoas conseguiram o registro mesmo com mandados de prisão em aberto

tema de controle de venda de munições que impeça registros com informações inválidas. O relatório dos técnicos revelou compras em nome de pessoas falecidas e até sem que as armas dos compradores fossem identificadas.

As novas determinações do TCU não esclarecem como se dará o cumprimento das recomendações feitas ao Exército nas datas que vencem a partir de 2025. É que a partir de janeiro do próximo ano a atribuição de controle dos CACs será assumida pela Polícia Federal, que ainda faz exigências de pes-

soal para executar a atividade.

Consultor do Instituto Sou da Paz e pesquisador de políticas armamentistas, Bruno Langeani afirmou que a decisão do TCU é “benevolente” com o Exército e abre margem para que os militares apenas esperem a transição do serviço para a PF. “Já temos prazos muito alongados. E essa negligência é premiada com o fato de (o Exército) não ser responsabilizado”, declarou.

A auditoria do TCU analisou o controle de armas por parte dos militares entre 2019 e 2022. No período, 5.235 pessoas em cumprimento de pena puderam obter, renovar ou manter os chamados certificados de registro (CR) de CAC. Outras 2.690 pessoas conseguiram o registro mesmo com mandados de prisão em aberto. Também foram identificados 22.493 CACs suspeitos de serem laranjas – uma vez que estão no Cadastro Único (CadÚnico), base de dados do governo federal com pessoas de baixa renda – e 21.442 armas em nome de falecidos. ●



# O REI LEÃO

FINAL DE TEMPORADA

TODAS AS SESSÕES ABERTAS EM [TICKETSFORFUN.COM.BR](https://ticketsforfun.com.br)

ÚLTIMA SESSÃO 28 DE JULHO



PATROCINADO POR

PARCEIROS DE MÍDIA

REALIZAÇÃO



EM CARTAZ NO TEATRO RENAULT - SP

PARTE DO PATROCÍNIO DE FINANCIAMENTO  
PresseReader.com + 55 604 279 4604  
Copyright © 2024 by PresseReader.com

pressreader